

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	40
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.071
Preferenciais	0
Total	1.071
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	705.155	590.051
1.01	Ativo Circulante	208.144	82.638
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	163.866	38.224
1.01.02	Aplicações Financeiras	14.297	16.216
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	14.297	16.216
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	14.297	16.216
1.01.03	Contas a Receber	28.635	26.974
1.01.03.01	Clientes	15.241	16.899
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.394	10.075
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	13.394	10.075
1.01.04	Estoques	63	73
1.01.06	Tributos a Recuperar	750	431
1.01.07	Despesas Antecipadas	476	691
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	57	29
1.01.08.03	Outros	57	29
1.02	Ativo Não Circulante	497.011	507.413
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	195.313	196.061
1.02.01.03	Contas a Receber	14	14
1.02.01.03.01	Clientes	14	14
1.02.01.06	Tributos Diferidos	38.845	40.303
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	38.845	40.303
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	154.649	154.000
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	154.649	154.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.805	1.744
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	1.805	1.744
1.02.03	Imobilizado	1.076	1.134
1.02.04	Intangível	300.622	310.218

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	705.155	590.051
2.01	Passivo Circulante	161.176	129.881
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.627	2.262
2.01.02	Fornecedores	3.127	3.025
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.407	4.853
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.049	3.446
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.358	1.407
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	72.489	43.959
2.01.04.02	Debêntures	72.489	43.959
2.01.05	Outras Obrigações	47.273	47.529
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.527	2.332
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.527	2.332
2.01.05.02	Outros	45.746	45.197
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	1.000	871
2.01.05.02.05	Credores pela Concessão	44.718	44.221
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	28	105
2.01.06	Provisões	31.253	28.253
2.01.06.02	Outras Provisões	31.253	28.253
2.02	Passivo Não Circulante	370.325	304.784
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	203.844	132.638
2.02.01.02	Debêntures	203.844	132.638
2.02.02	Outras Obrigações	121.926	128.321
2.02.02.02	Outros	121.926	128.321
2.02.02.02.04	Credores pela Concessão	121.870	128.265
2.02.02.02.05	Fornecedores	56	56
2.02.04	Provisões	44.555	43.825
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.424	3.145
2.02.04.02	Outras Provisões	41.131	40.680
2.03	Patrimônio Líquido	173.654	155.386
2.03.01	Capital Social Realizado	107.542	107.542
2.03.04	Reservas de Lucros	66.112	47.844
2.03.04.01	Reserva Legal	9.548	6.180
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	18.268	41.664
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	38.296	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	74.351	62.637
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-33.811	-32.763
3.03	Resultado Bruto	40.540	29.874
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.907	-4.296
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.961	-4.318
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.786	-4.156
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-169	-157
3.04.02.03	Tributárias	-6	-5
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	54	22
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	36.633	25.578
3.06	Resultado Financeiro	-8.789	-11.865
3.06.01	Receitas Financeiras	6.463	3.178
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.252	-15.043
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	27.844	13.713
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.576	-7.012
3.08.01	Corrente	-8.118	-5.650
3.08.02	Diferido	-1.458	-1.362
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.268	6.701
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	18.268	6.701
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	17,05695	6,25677

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	18.268	6.701
4.03	Resultado Abrangente do Período	18.268	6.701

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	46.909	39.813
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	46.941	39.115
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	18.268	6.701
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	16.402	15.723
6.01.01.03	Baixa do Ativo Permanente	0	2
6.01.01.04	IR e CS Diferidos	1.458	1.362
6.01.01.06	Juros sobre empréstimos, financiamentos e impostos	7.016	6.720
6.01.01.07	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	313	436
6.01.01.08	Variação monetária e juros s/ credores pela concessão	5.118	3.893
6.01.01.09	Resultado financeiro com ajuste a valor presente	2.648	4.207
6.01.01.10	Baixa do ativo intangível	0	9
6.01.01.11	Provisão para manutenção em rodovias	803	1.114
6.01.01.12	Receitas com aplicações financeiras vinculadas	-416	-288
6.01.01.13	Receitas financeiras com mútuo entre partes relacionadas	-4.669	-764
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-32	698
6.01.02.01	Contas a receber	1.657	126
6.01.02.02	Estoques	10	5
6.01.02.03	Despesas antecipadas	215	102
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-320	-181
6.01.02.05	Fornecedores	104	547
6.01.02.06	Fornecedores - partes relacionadas	-806	-380
6.01.02.07	Obrigações sociais	365	275
6.01.02.08	Obrigações fiscais	1.748	5.372
6.01.02.09	Cauções contratuais	129	101
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-61	48
6.01.02.11	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	0	-476
6.01.02.12	Credores pela concessão	-13	-9
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-807	44
6.01.02.15	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.193	-4.825
6.01.02.16	Outros créditos	-26	-51
6.01.02.17	Utilização da provisão para riscos cíveis e trabalhistas	-34	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.776	-46.070
6.02.01	Aquisições do ativo imobilizado	-27	-172
6.02.04	Adições ao intangível	-5.993	-1.381
6.02.06	Valor resgatado de operações financeiras vinculadas	20.153	20.154
6.02.07	Aplicações financeiras vinculadas	-17.909	-10.671
6.02.08	Contas a receber - partes relacionadas	0	-54.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	82.509	-30.350
6.03.03	Pagamento de principal - debêntures	-45.933	-9.045
6.03.04	Pagamento de juros - debêntures	0	-11.109
6.03.05	Pagamento de credores pela concessão	-11.005	-10.360
6.03.07	Pagamento de principal - empréstimos	0	-13
6.03.09	Imposto de renda retido na fonte	793	0
6.03.10	Captação - Debêntures	150.195	0
6.03.11	Pagamento de juros - Debêntures	-11.541	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.03.13	Imposto de renda retido na fonte	0	177
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	125.642	-36.607
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	38.224	158.600
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	163.866	121.993

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	107.542	0	47.845	0	0	155.387
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	107.542	0	47.845	0	0	155.387
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.268	0	18.268
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.268	0	18.268
5.07	Saldos Finais	107.542	0	47.845	18.268	0	173.655

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	107.542	0	16.360	0	0	123.902
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	107.542	0	16.360	0	0	123.902
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.701	0	6.701
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.701	0	6.701
5.07	Saldos Finais	107.542	0	16.360	6.701	0	130.603

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	80.855	68.496
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	80.855	68.496
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-22.092	-21.475
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14.766	-14.265
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.085	-1.293
7.02.04	Outros	-6.241	-5.917
7.03	Valor Adicionado Bruto	58.763	47.021
7.04	Retenções	-16.402	-15.723
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16.402	-15.723
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	42.361	31.298
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.463	3.178
7.06.02	Receitas Financeiras	6.463	3.178
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	48.824	34.476
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	48.824	34.476
7.08.01	Pessoal	3.354	2.911
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.381	2.042
7.08.01.02	Benefícios	783	720
7.08.01.03	F.G.T.S.	190	149
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.663	13.369
7.08.02.01	Federais	12.915	9.991
7.08.02.02	Estaduais	6	7
7.08.02.03	Municipais	3.742	3.371
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.539	11.495
7.08.03.01	Juros	7.486	6.942
7.08.03.02	Aluguéis	405	347
7.08.03.03	Outras	2.648	4.206
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	18.268	6.701
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	18.268	6.701

Comentário do Desempenho



Sertãozinho/SP, 14 de abril de 2014 – A Vianorte S.A. comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2014 (1T14), período encerrado em 31 de março de 2014. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado:

No 1T14 o tráfego pedagiado foi de 9,3 milhões de veículos equivalentes. Em relação ao 1T13 houve aumento do tráfego equivalente em 10,8%. Nota-se que houve um aumento nas categorias acima de 05 eixos e eixos adicionais que influencia no crescimento de 14 % no tráfego equivalente comercial, pois a rodovia anhanguera trata-se de um corredor de exportação e importação onde neste primeiro trimestre houve recorde nos embarques de soja em grão, carne bovina in natura, de couros e peles, entre outros. (Fonte site “desenvolvimento.gov.br”). O aumento das categorias deve-se ao início da cobrança dos eixos suspensos em 28/07/2013 com a migração para as categorias acima de 05 eixos e eixos adicionais. Um dos motivos que pode ter influenciado o aumento do tráfego equivalente comercial na SP 330 pode ser a cheia do rio madeira em Porto Velho (que é utilizado para a exportação da soja colhida no MT), sendo que uma das opções para a exportação acaba sendo o porto de Santos, que acaba influenciando nas passagens de veículos acima de 06 eixos na SP 330. Na SP 322, por tratar-se de um tráfego regional, dependemos muito da economia local, sendo Sertãozinho um grande centro regional industrial e Ribeirão Preto um grande centro regional de comércio e prestação de serviços e também pelo transporte de etanol com entrega das usinas nos terminais regionais e abastecimento interno. O crescimento do tráfego passeio manteve uma média pouco acima de 6% nas quatro Praças.

Receita Operacional Bruta

- No 1T14 a Vianorte obteve uma receita bruta de R\$80,9 milhões, sendo R\$12,4 milhões maior em relação à receita apresentada no 1T13 em função do aumento do tráfego de veículos conforme descrito no item anterior.
- A Companhia reconheceu Receita de Obras no valor de R\$6,0 milhões, aumento de 484% em relação ao 1T13. Esse aumento justifica-se pela inclusão no cronograma de obras da Companhia, a obra de remodelação do dispositivo de acesso principal à Ribeirão Preto (Trevo Waldo Adalberto da Silveira localizado no km 307 da Rodovia SP 330 – Anhanguera). A contrapartida desta receita de igual montante está demonstrada na rubrica de Custo dos Serviços de Construção, eliminando seu efeito no resultado.

Este ajuste foi realizado em atendimento as novas normas internacionais de contabilidade representada pelo ICPC 01.

Vianorte S/A

Rodovia Atílio Balbo - Km 327,5 - pista leste - Caixa Postal 88 - Sertãozinho-SP - CEP 14173-000
Telefone (00 55 16) 3601-1122 - Fax (00 55 16) 3601-1100 - www.vianorte.com.br

Comentário do Desempenho



Custos e Despesas

- Os custos e despesas tiveram aumento de R\$ 21 mil (0,1%) em relação ao 1T13. Verificamos um aumento no custo dos serviços de construção no valor de R\$ 5,0 milhões e redução da provisão de manutenção de rodovias no montante de 4,2 milhões. Subtraindo os valores de custo de construção e provisão de manutenção nas rodovias, a variação em relação ao mesmo período teve redução de R\$ 752 mil (6,2%).

A realização a maior de custos e despesas deste comparativo, deve-se exclusivamente à inclusão no cronograma de obras da Companhia, a obra de remodelação do dispositivo de acesso principal à Ribeirão Preto (Trevo Waldo Adalberto da Silveira localizado no km 307 da Rodovia SP 330 – Anhanguera), o que gerou aumento no custo dos serviços de construção na ordem de R\$ 5,0 milhões. Em contrapartida houve redução de R\$4,2 milhões ou 56,1% na provisão de manutenção de rodovias devido ao término da obra de manutenção da 4ª intervenção na Rodovia SP-330.

O Custo de Construção e Provisão de Manutenção não influenciaram o caixa da Sociedade e estão sendo registradas em acordo as novas normas contábeis internacionais ICPC 01.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA encerrou o 1T14 em R\$53,0 milhões, R\$11,7 milhões ou 28,4% maior quando comparado ao 1T13 que foi de R\$41,3 milhões. O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o 1T14 em R\$56,4 milhões, aumento de R\$7,5 milhões comparado aos R\$48,9 milhões no 1T13. O aumento do EBITDA ajustado se deve ao crescimento do volume de tráfego e à estabilidade dos custos e despesas operacionais.

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro negativo da companhia apresentou uma queda de 25,9% ou R\$ 3,1 milhões se comparado ao 1T13 devido ao aumento de receitas financeiras que deve-se a realização de mútuo com a controladora e aplicação financeira de recursos remanescentes no caixa da Companhia. O aumento das receitas financeiras foi influenciado pela liberação de recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures e pela alta da taxa de juros “CDI”, a qual remunera os recursos no caixa da Companhia. As despesas financeiras tiveram um ligeiro aumento de 1,4%, R\$ 209 mil se comparadas ao 1T13.

Lucro Líquido

- A Companhia apresentou lucro de R\$18,3 milhões, R\$11,6 milhões maior comparado ao 1T13. O aumento no lucro ocorreu em função da redução no resultado financeiro negativo e conforme itens descritos anteriormente.

Comentário do Desempenho



Endividamento

- O endividamento bruto no 1T14 foi de R\$276,3 milhões, contra R\$176,6 milhões no 4T13, apresentando aumento de 36,1%. Este aumento deve-se ao pré-pagamento da 1ª emissão de debêntures – série CDI e integralização da 2ª emissão de debêntures no valor de R\$ 154 milhões no mês de março/14. Concomitantemente ocorreu o pagamento da parcela de juros da 1ª emissão de debêntures – série IPCA.
- O endividamento líquido no 1T14 era de R\$98,2 milhões, contra R\$122,1 milhões no 4T13. A redução se deve ao aumento do caixa e equivalente de caixa comparado ao 4T13.

Investimentos

- No 1T14, a Concessionária investiu R\$6,1 milhões em ativos intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão, dentre estes destacamos obras de recuperação de obras de arte (pontes e viadutos), implantação de sinalização, melhorias na SP322 e 330, revitalização dos sistemas de controle de arrecadação e de telecomunicações, obras de remodelação do trevo de acesso à Ribeirão Preto (SP 330 km 307) e programas de meio ambiente, com realização dos serviços de revegetação com grama em placas e pelo processo de hidro-semeadura e plantio de árvores nativas.
- De acordo com o ICPC01, os investimentos em recuperação de pavimentos (início da 3ª intervenção da SP 322) e sinalizações, considerados como Conservação Especial, totalizaram R\$3,3 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2014 foram transferidos da rubrica intangível para custos com manutenção.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Vianorte	9.262.141	10.080.227	8.359.408	-8,1%	10,8%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	80.855	87.677	68.495	-7,8%	18,0%
Receitas de pedágio	74.392	81.071	67.078	-8,2%	10,9%
Receitas de obras	5.993	6.154	1.026	-2,6%	484,1%
Receitas acessórias	470	452	391	4,0%	20,2%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(6.504)	(7.086)	(5.858)	-8,2%	11,0%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	74.351	80.591	62.637	-7,7%	18,7%
CUSTOS E DESPESAS	(21.316)	(28.741)	(21.337)	-25,8%	-0,1%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(9.316)	(10.901)	(10.427)	-14,5%	-10,7%
Custo dos serv. de construção	(5.993)	(6.154)	(1.026)	-2,6%	484,1%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(2.568)	(1.870)	(2.200)	37,3%	16,7%
Remuneração da administração	(169)	(169)	(147)	0,0%	15,0%
Despesas tributárias	(6)	(4)	(5)	50,0%	20,0%
Provisão para manutenção em rodovias	(3.318)	(9.770)	(7.554)	-66,0%	-56,1%
Outras receitas operacionais, líquidas	54	127	22	-57,5%	145,5%
EBITDA	53.035	51.850	41.300	2,3%	28,4%
Margem EBITDA	71,3%	64,3%	65,9%		
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(16.402)	(17.005)	(15.722)	-3,5%	4,3%
Depreciação e amortização	(16.402)	(17.005)	(15.722)	-3,5%	4,3%
Amortização do intangível	-	-	-	-	-
Amortização do diferido	-	-	-	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(8.789)	(5.861)	(11.865)	50,0%	-25,9%
Receitas financeiras	6.463	5.547	3.178	16,5%	103,4%
Despesas financeiras	(15.252)	(11.408)	(15.043)	33,7%	1,4%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	27.844	28.984	13.713	-3,9%	103,0%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(9.576)	(9.939)	(7.012)	-3,7%	36,6%
Corrente	(8.118)	(10.351)	(5.650)	-21,6%	43,7%
Diferido	(1.458)	412	(1.362)	-453,9%	7,0%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	18.268	19.045	6.701	-4,1%	172,6%

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
EBITDA 1	53.035	51.850	41.300	2,3%	28,4%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	3.318	9.770	7.554	-66,0%	-56,1%
EBITDA Ajustado 2	56.353	61.620	48.854	-8,5%	15,3%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

Vianorte S/A

Rodovia Atílio Balbo - Km 327,5 - pista leste - Caixa Postal 88 - Sertãozinho-SP - CEP 14173-000
 Telefone (00 55 16) 3601-1122 - Fax (00 55 16) 3601-1100 - www.vianorte.com.br

Comentário do Desempenho



A Vianorte S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* www.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas

VIANORTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vianorte S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Atílio Balbo km 327,5. Constituída em 06 de março de 1998, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 06 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 009/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituída pela Rodovia SP-330 Rodovia Anhanguera, SP-322 Rodovia Atílio Balbo/Armando Salles de Oliveira, SP-328 Rodovia Alexandre Balbo/contorno Norte de Ribeirão Preto e SP-325/322 Avenida dos Bandeirantes, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

No período de três meses findos em 31 de março de 2014 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 07 de maio de 2014.

2. CONCESSÕES

No período de três meses findo em 31 de março de 2014 não ocorreram mudanças no Contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2013, além do mencionado abaixo:

A Sociedade estima, na data de 31 de março de 2014, os montantes de R\$18.501 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$148.686 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 31 de março de 2014 poderão ser alterados em razão

Notas Explicativas

de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

As demais informações relativas às: bases de mensuração; moeda funcional; e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	<u>32.318</u>	<u>28.446</u>
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>31.253</u>	<u>28.253</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>1.065</u>	<u>193</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	46.762	45.402
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>44.718</u>	<u>44.221</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>2.044</u>	<u>1.181</u>
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para manutenção em rodovias - real	45.075	47.724
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>41.131</u>	<u>40.680</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>3.944</u>	<u>7.044</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	137.563	145.646
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>121.870</u>	<u>128.265</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>15.693</u>	<u>17.381</u>

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 13.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

Notas Explicativas

Os novos pronunciamentos contábeis do IASB, publicados e revisados no período anual iniciado em 1º de janeiro de 2014 foram implantados pela Sociedade, quando aplicável, em suas informações trimestrais de 31 de março de 2014, e não apresentam efeitos relevantes que requeiram reapresentação de saldos anteriores.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	1.706	2.025
Aplicações financeiras (*)	<u>162.160</u>	<u>36.199</u>
Total	<u>163.866</u>	<u>38.224</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	4.700	2.700
Fundos de investimentos	<u>157.460</u>	<u>33.499</u>
Total	<u>162.160</u>	<u>36.199</u>

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,8% da variação do CDI no período.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber(*)	14.586	16.259
Cupons de pedágio a receber	352	385
Cartões de pedágio a receber	303	255
Total	<u>15.241</u>	<u>16.899</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 22c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2014. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	3.424	3.145
Ágio incorporado da SPR (b)	10.157	11.849
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (c)		
Provisão para manutenção	72.384	68.933
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	19.225	24.662
Ajuste dos encargos financeiros	<u>9.062</u>	<u>9.948</u>
Base de cálculo	114.252	118.537
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>38.845</u>	<u>40.303</u>

- (a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Crédito decorrente do processo de incorporação da SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A., antiga controladora da Vianorte, constituído sobre a parcela do ágio amortizado pela SPR no período de dezembro de 2006 a setembro de 2010, a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (c) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

Ativo Não Circulante	
2015 (após março)	17.386
2016	18.103
Após 2017	<u>3.356</u>
	<u>38.845</u>

Notas Explicativas

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e da parcela de principal das debêntures da 1ª série e dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No período findo em 31 de março de 2014 o valor da aplicação é de R\$14.297 (R\$16.216 em 31 de dezembro de 2013), essas aplicações foram remuneradas em média 100,8% da variação do CDI.

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de março de 2014 é como segue:

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	<u>Móveis, Utensílios e Instalações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Instalações, Edifícios e Dependências</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2013	2.807	78	96	2.981
Adições	27	-	-	27
Alienações/baixas	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>
Saldo em 31.03.2014	<u>2.829</u>	<u>78</u>	<u>96</u>	<u>3.003</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2013	(1.759)	(15)	(73)	(1.847)
Depreciações	(79)	(4)	(2)	(85)
Alienações/baixas	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5</u>
Saldo em 31.03.2014	<u>(1.833)</u>	<u>(19)</u>	<u>(75)</u>	<u>(1.927)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2013	1.048	63	23	1.134
Saldo em 31.03.2014	996	59	21	1.076
Taxas de depreciação - %	16,25%	20,00%	11,78%	-

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de março de 2014 é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços	Direito de outorga da concessão	Direito de outorga da incorporação	Software	Intangível em andamento	Total
	(a)	(b)	(c)			
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2013	502.405	254.971	60.326	2.909	6.784	827.395
Adições	2.041	-	-	201	4.479	6.721
Transferências/Reclassificações	(728)	-	-	-	-	(728)
Alienações/baixas	(39)	-	-	-	-	(39)
Saldo em 31.03.2014	503.679	254.971	60.326	3.110	11.263	833.349
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2013	(337.134)	(154.451)	(23.558)	(2.034)	-	(517.177)
Amortizações	(9.009)	(5.434)	(1.859)	(15)	-	(16.317)
Transferências/Reclassificações	728	-	-	-	-	728
Alienações/baixas	39	-	-	-	-	39
Saldo em 31.03.2014	(345.376)	(159.885)	(25.417)	(2.049)	-	(532.727)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2013	165.271	100.520	36.768	875	6.784	310.218
Saldo em 31.03.2014	158.303	95.086	34.909	1.061	11.263	300.622
Taxas de depreciação - %						25,34%

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº13.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações que detinha participação no capital social da Vianorte. Em exercícios anteriores essa rubrica era denominada "Ágio incorporado". Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para "Direito de outorga incorporado". Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada.

11. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

Notas Explicativas

	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>31.03.2014</u>		<u>31.12.2013</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª série (a)	153.776	CDI + 1,7% a.a.	Março/2015	-	-	36.379	9.054
2ª série (b)	100.000	IPCA + 8% a.a.	Março/2017	42.579	84.386	7.880	123.834
2ª emissão (c)	<u>150.000</u>	CDI + 0,86% a.a.	Março/2017	<u>30.455</u>	<u>120.000</u>	-	-
	403.776			73.034	204.386	44.259	<u>132.888</u>
Custo de transação				<u>(545)</u>	<u>(542)</u>	<u>(300)</u>	<u>(250)</u>
Total				72.489	203.844	43.959	132.638

- (a) 1ª emissão de debêntures - 1ª série CDI de 15 de março de 2010 com valor real unitário em 31 de março de 2014 de R\$1 cada uma.
- (b) 1ª emissão de debêntures - 2ª série IPCA de 22 de novembro de 2010 com valor real unitário em 31 de março de 2014 de R\$1 cada uma.
- (c) 2ª emissão de debêntures CDI emitidas em 20 de março de 2014 com valor real unitário em 31 de março de 2014 de R\$1 cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor Subscrito</u>
1ª Emissão -				
1ª Série	15.03.10	153.776	26.04.10	155.486
2ª Série	15.03.10	100.000	27.04.10	101.583
2ª Emissão -	20.03.14	150.000	25.03.14	150.195
		403.776		407.264

A remuneração das debêntures da 1ª emissão - 1ª série é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, e dezembro desde junho de 2010, e é amortizada trimestralmente desde 15 de março de 2011.

A remuneração das debêntures da 1ª emissão - 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, desde março de 2011, e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga semestralmente todo dia 20 dos meses de setembro e março e será amortizada semestralmente após 01 ano de carência nos meses de março e setembro.

Em 31 de março de 2014, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2015 (após março)	47.430
-------------------	--------

Notas Explicativas

2016	93.114
Após 2017	<u>63.300</u>
	203.844

As debêntures da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivado na CVM.

Em 31 de março de 2014, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na nota explicativa nº8.

As debêntures da 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de março de 2014, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Fiadora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.
2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.

Notas Explicativas

4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e as transações realizadas, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas a receber:		
Arteris S.A. (c)	<u>13.394</u>	<u>10.075</u>
Total	<u>13.394</u>	<u>10.075</u>
 <u>Ativo não circulante</u>	 <u>31.03.2014</u>	 <u>31.12.2013</u>
Contas a receber:		
Arteris S.A. (c)	154.649	154.000
Total	<u>154.649</u>	<u>154.000</u>
 <u>Passivo circulante</u>	 <u>31.03.2014</u>	 <u>31.12.2013</u>
Contas a pagar:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	1.230	1.815

Notas Explicativas

Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	82	250
Arteris S.A. (b)	215	267
Total	<u>1.527</u>	<u>2.332</u>

Contas de Resultado:	31.03.2014			31.03.2013		
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receita financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receita financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>
Arteris S.A.(c)	-	4.669	-	-	764	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	2.971	-	856	2.005	-	762
Latina Sinalização Ltda. (a)	372	-	-	697	-	-
Total	<u>3.343</u>	<u>4.669</u>	<u>856</u>	<u>2.702</u>	<u>764</u>	<u>762</u>

- (a) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade;
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris.
- (c) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,7% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2014 e do principal a partir de janeiro e maio de 2016, conforme demonstrados a seguir:

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
28/01/2013	28/01/2016	CDI + 1,7% a.a.	54.000	5.638	4.225
02/05/2013	02/05/2016	CDI + 1,7% a.a.	100.000	8.405	5.850
			<u>154.000</u>	<u>14.043</u>	<u>10.075</u>

No decorrer do período findo em 31 de março de 2014, a sociedade reconheceu os montantes de R\$169 (R\$157 em 31 de março de 2013) respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e

Notas Explicativas

divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.142 e R\$948.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

13. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções

Notas Explicativas

utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor das Sociedades ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário Estadual de Logística e transportes em 28 de junho de 2012 e será vigente no próximo exercício, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. O Conselho Diretor sugere medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão. Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 31 de março de 2014, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
<u>Circulante</u>				
Direito de outorga	44.334	43.825	46.378	45.006
Parcela variável				
(a)	<u>384</u>	<u>396</u>	<u>384</u>	<u>396</u>
Total	<u>44.718</u>	<u>44.221</u>	<u>46.762</u>	<u>45.402</u>

	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
<u>Não Circulante</u>				
Direito de outorga	<u>121.870</u>	<u>128.265</u>	<u>137.563</u>	<u>145.646</u>
Total	<u>121.870</u>	<u>128.265</u>	<u>137.563</u>	<u>145.646</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento 60 de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente à outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

Notas Explicativas

A quantidade de parcelas a partir de 31 de março de 2014 está assim representada:

	<u>Circulante</u>	<u>Parcelas</u> <u>Não</u> <u>circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo de parcelas	12	35	47

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de março de 2014 ao Poder Concedente foi de R\$12.140 (R\$11.005 de parcela fixa e R\$1.135 de parcela variável).

Em 31 de março de 2014, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento	
2015 (após março)	35.373
2016	47.165
2017	<u>55.025</u>
	137.563

14. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 31 de março de 2014 são conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.03.2014</u>
Cíveis	833	145	(66)	-	912
Trabalhistas	<u>2.312</u>	<u>311</u>	<u>(77)</u>	<u>(34)</u>	<u>2.512</u>
Total	<u>3.145</u>	<u>456</u>	<u>(143)</u>	<u>(34)</u>	<u>3.424</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais. Tais processos representam os montantes de R\$758 e R\$836, respectivamente

Notas Explicativas

em cada natureza de risco, em 31 de março de 2014 (R\$781, R\$932 respectivamente em 31 de dezembro de 2013).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção

A contabilização das provisões de manutenção nas rodovias é calculada, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 31 de março de 2014 são conforme seguem:

<u>Provisões</u>	Circulante Manutenção em rodovias	Não Circulante Manutenção em rodovias
Saldos em 31.12.2013	28.253	40.680
Adições	-	1.366
Utilizações	(562)	-
Ajuste a valor presente	-	2.647
Transferências	<u>3.562</u>	<u>(3.562)</u>
Saldos em 31.03.2014	<u>31.253</u>	<u>41.131</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2014, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$3.283 (R\$18.292 em 31 de dezembro de 2013).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$113.652, integralizado pelo valor de R\$107.542. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de março de 2014, estão demonstrado a seguir:

	<u>31.03.2014</u>		
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	1.132.038	1.071.134	100,00

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (controladora):

Reserva legal e retenção de lucros

Notas Explicativas

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

16. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Receita de serviços prestados	74.392	67.078
Receita de serviços de construção	5.993	1.026
Outras receitas	<u>470</u>	<u>391</u>
	<u>80.855</u>	<u>68.495</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Receita bruta	80.855	68.495
ISSQN	(3.741)	(3.372)
PIS	(492)	(443)
COFINS	<u>(2.271)</u>	<u>(2.043)</u>
Receita líquida	<u>74.351</u>	<u>62.637</u>

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Custos:		
Custo de construção	5.993	1.026
Com pessoal	2.646	2.212
Serviços de terceiros	2.079	1.969
Depreciação / amortização	14.456	13.756
Custos com poder concedente	1.123	2.024
Seguros / garantias	406	398
Conservação	2.510	2.362
Provisão de Manutenção em rodovias	3.318	7.554

Notas Explicativas

Outros	<u>1.280</u>	<u>1.462</u>
Total	<u>33.811</u>	<u>32.763</u>

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Despesas:		
Com pessoal	866	787
Serviços de terceiros	277	389
Depreciação / amortização	1.946	1.966
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	276	222
Consumo	233	̄ %v
Transporte	113	116
Seguros / garantias	2	3
Outros	<u>73</u>	<u>40</u>
Total	<u>3.786</u>	<u>4.156</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	4.669	764
Aplicações financeiras	1.775	2.412
Outras receitas	<u>19</u>	<u>2</u>
Total receitas	<u>6.463</u>	<u>3.178</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(7.014)	(6.719)
Atualização monetária do ônus da Concessão	(5.118)	(3.893)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(2.647)	(4.207)
Outras despesas	<u>(473)</u>	<u>(224)</u>
Total despesas	<u>(15.252)</u>	<u>(15.043)</u>

19. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em	(51)	438

Notas Explicativas

obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais

20. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2014 e de 2013 é como segue:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	27.844	13.713
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(9.466)	(4.662)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	<u>(110)</u>	<u>(2.350)</u>
Despesa contabilizada	<u>(9.576)</u>	<u>(7.012)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(8.118)	(5.650)
Diferidos	(1.458)	(1.362)

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade e suas controladas para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade, apoiada por seus assessores, analisou os dispositivos desta MP e os impactos que poderiam gerar sobre as informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2014, concluindo que não há efeitos significativos a serem registrados em 31 de março de 2014.

Até a conclusão das informações trimestrais de 31 de março de 2014 a Administração da Sociedade não havia decidido sobre a adoção antecipada desta MP, para o exercício de 2014.

21. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
<u>Básico</u>		
Lucro(Prejuízo) líquido do exercício	18.268	6.701
Número de ações durante o ano	<u>1.071</u>	<u>1.071</u>
Lucro(Prejuízo) por ação - básico	<u>17,057</u>	<u>6,257</u>

Notas Explicativas

Diluído

Lucro(Prejuízo) utilizado na apuração do lucro básico por ação	18.268	6.701
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do Lucro(Prejuízo) diluído por ação	<u>1.071</u>	<u>1.071</u>
Lucro(Prejuízo) por ação - diluído	<u>17,057</u>	<u>6,257</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de março de 2014, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.,

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Notas Explicativas

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativos	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	163.866	38.224
Aplicações Financeiras	14.297	16.216
Partes relacionadas	168.043	164.899
Contas a receber clientes	15.241	16.075
Outras contas a receber	22	126

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores	3.127	3.025
Debêntures	276.333	176.597
Partes relacionadas	1.527	2.332
Credores pela concessão	166.588	172.486
Outras contas a pagar	1.028	976

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2014, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a debêntures em

Notas Explicativas

reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(- 25%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(+ 50%)</u>
CDI	13,00%	16,25%	9,75%	19,50%
Juros a Incorrer(*)	(20.792)	(25.355)	(16.532)	(29.852)
Receita de aplicações Financeiras	23.123	28.904	17.342	34.684
Receita financeira de mútuo	25.427	31.023	19.823	36.580
IPCA	6,00%	7,50%	4,50%	9,00%
Juros a Incorrer(*)	<u>(10.583)</u>	<u>(10.781)</u>	<u>(10.388)</u>	<u>(10.983)</u>
Juros a incorrer Líquido(*)	<u>17.175</u>	<u>23.791</u>	<u>10.245</u>	<u>30.429</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., Consórcio Auto Expresso/DBtrans, Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. de R\$14.504, R\$2 e R\$80 e R\$16.259, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”. A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela

Notas Explicativas

combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017 em diante</u>	<u>Total</u>
Debêntures - 1ª emissão série CDI	12,43%	46.800				46.800
Debêntures - 1ª emissão série IPCA	19,40%	10.128	57.335	56.596	42.586	166.645
Debêntures - 2ª emissão série	11,50%	8.529	76.713	76.714	38.254	200.210
Outorga	6,75%	45.785	48.908	51.719	63.290	209.702
Total		<u>111.242</u>	<u>182.956</u>	<u>185.029</u>	<u>144.130</u>	<u>623.357</u>

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

24. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das

Notas Explicativas

obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2014, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*)	200.762
	Responsabilidade civil	37.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	122.292

(*) Por sinistro

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Vianorte S/A

Sertãozinho - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Vianorte S/A ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Sertãozinho, 07 de maio de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Tufani Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1 SP 124504/O-9 Contador CRC 1 SP 139268/O-6

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas de ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão somente para fins de identificação.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da Vianorte S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Rodovia Atílio Balbo, km 327,5, CEP 14173-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.366.097/0001-86, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2014.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Luis Manuel Eusébio Inigo

Diretor

Olga Maria Ulian Cotrim

Diretora Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores da Vianorte S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Luis Manuel Eusébio Inigo

Diretor

Olga Maria Ulian Cotrim

Diretora Superintendente